

CIES e-Working Paper N.º 193/2014

**As comunidades intangíveis: a instrumentalização do idioma e o
capital social**

Graça Viegas

Graça Viegas é licenciada e mestre em Sociologia (variante de Recursos Humanos e Desenvolvimento Sustentável). Colaboradora do Campus de Évora do Cesnova.

Resumo¹

A atualidade é marcada pela intensificação e interdependências entre países, que graças à globalização, reaproxima povos e estreita relações, criando novas e reconstruindo interações sociais. Neste contexto, a posse e domínio de um idioma comum a diferentes nações, é um instrumento de capital social, coletivo e individual, acerca do qual importa refletir, na consolidação da estruturação de redes de interação, geradoras de comunidades intangíveis.

Palavras-chave: interações sociais, idioma, capital social, comunidades intangíveis.

Abstract

Actuality is marked by the intensification and interdependencies between countries, thanks to globalization, reconnecting people and straightening relationships, creating new and reconstructing social interactions. In this context, the possession and mastery of a common language to different nations, is an instrument of individual and collective social capital that deserves our reflection when thinking about the consolidation of the structure of interaction networks, generating intangible communities.

Key-words: social interactions, language, social capital, intangible communities.

¹ O presente *working paper* consiste numa reflexão posterior à realização da dissertação de Mestrado em Sociologia, com a temática “*Redes de Cooperação Transfronteiriça? Dilemas da rede transfronteiriça da educação/formação como instrumento de inclusão social no Alentejo-Extremadura. Um olhar dos Atores das Escolas Oficiais de Idiomas*” e investigação preliminar realizada durante o ano curricular do Doutoramento em Sociologia.

Introdução

O uso do idioma entre indivíduos que se movem no espaço transnacional aproxima e facilita práticas informais, assim como os contextos de relações mais formais, quando recorrendo ao uso da integração linguística. Esta é facilitadora, por sua vez, de integração social. Se a competência linguística resulta num aumento de capital humano, a sua generalização em redes de interação traduz-se em capital social desses coletivos.

No mundo globalizado da sociedade contemporânea, em que as inter-relações e interdependências entre os diferentes países marcam a atualidade, a crescente complexidade da estrutura social traduz-se em novas relações a nível cultural, geográfico, demográfico, social, económico e político. Por seu turno, estas produzem a convivência de diferentes identidades no mesmo espaço. Entre outras consequências, essas interações implicam a convivência, aceitação e integração de diferentes identidades, a relação e a aceitação do outro, assim como novas formas de construção e reconstrução da realidade social e da aquisição de conhecimento.

Ao observar, analisar e compreender o papel do idioma português e das práticas linguísticas, no caso particular dos países lusófonos, com enfoque sobre os fatores estruturais em jogo, desocultam-se as relações sociais organizadas, as novas relações expostas, entendendo-as dentro dos contextos sociais estruturados em campos de interação particulares, isto é, as circunstâncias em que se desenvolvem. Isto permite determinar a sua possibilidade de intervenção nos acontecimentos e na realização de objetivos, isto é, o seu poder de intervenção na consolidação da cooperação transnacional.

O presente *working paper* consiste, mais do que uma revisão bibliográfica sobre o tema, numa síntese exploratória e reflexiva sobre o domínio do idioma comum, o português, enquanto recurso prioritário, já que a língua é o maior veículo promotor de interações sociais.

A opção pela temática do idioma português como instrumento de cooperação, assim como de toda a linha de abordagem a seguir no presente artigo, prende-se, sem dúvida, com a pertinência da mesma, quer em termos sociais, quer académicos, pelo que importa, em primeiro lugar, explicitar que vai ao encontro das diversas abordagens contemporâneas, que realçam a importância do idioma como instrumento de capital social.

De uma forma geral, “(...) a comunicação abraça a diversidade. O abraço da diversidade é o laço mais profundo entre pessoas, culturas e povos. Nos tempos contemporâneos colocam-se em evidência os conceitos de multiculturalidade, interculturalidade e transculturalidade. (...) O núcleo da identidade é, paradoxalmente, a diversidade. (...) A identidade humana é por natureza aberta. Para essa construção constituinte é fundamental o diálogo. O diálogo é o cerne para a partilha entre o diferente, num mundo marcado pela globalização.” (Medeiros 2009: 73).

A teoria da estruturação como instrumento heurístico de reflexividade das condutas

A opção por um corpo teórico, implica, desde logo, responder à necessidade essencial de analisar a realidade social e as ações nela existentes à luz de uma teoria. A que se enquadra na presente abordagem concebe essa mesma ação como proveniente de sujeitos interventivos e, simultaneamente, capazes de suportar uma racionalização e reflexão dessas mesmas condutas.

Giddens, partilhando da linha de pensamento inerente à sociologia contemporânea, inclui na sua abordagem da realidade social a interação indivíduo/sociedade, na sua influência recíproca. Para estudar a produção e reprodução social, Anthony Giddens desenvolveu um modelo heurístico que, numa perspetiva metodológica, pode considerar-se uma síntese entre as teorias da sociologia estrutural e funcionalista, com um quadro conceptual assente na conjugação entre estrutura e ação, designada de teoria da estruturação.

Se, tal como afirma o autor, “ (...) *as teorias produzidas em ciências sociais não são somente «quadros de referência» por direito próprio, mas constituem também intervenções morais na vida social, cujas condições de existência procuram clarificar*” (Giddens 1993: 8), a opção pela teoria da estruturação justifica-se, claramente, já que a mesma concebe a análise social assente no pressuposto da ação humana relacionada com a explicação estrutural. Surge, assim, como uma teoria da ação, conjugada com a descrição das condições e consequências das mesmas, mas que vai mais além, ao aliar a causalidade social e institucional, na sua reprodução e produção, enquanto tal, elas próprias condições da ação (Giddens 2000 a).

O uso desta teoria como quadro conceptual no presente artigo justifica-se pelo seu uso na clarificação das crescentes práticas sociais em que o domínio comum do idioma português se traduz. Observar as suas regularidades, padrões existentes em termos espaço-temporais e simultaneamente observar o modo como essas práticas institucionalizadas contribuem para a integração no sistema social, considerando este como um sistema aberto.

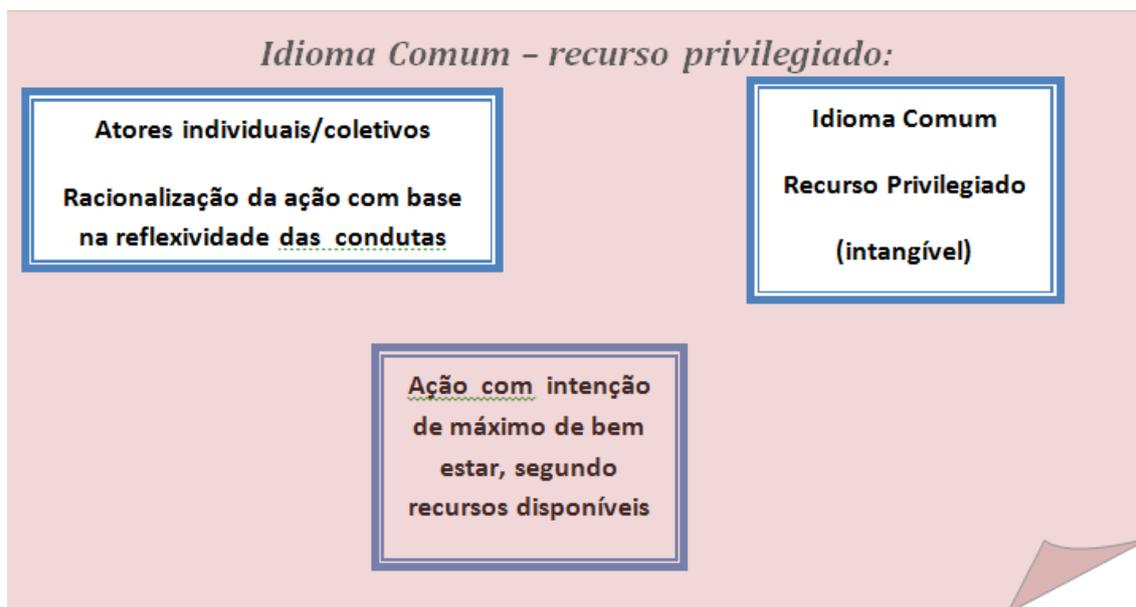
Analisar o papel do idioma na cooperação transnacional à luz destes pressupostos implica, assim, uma abordagem macrossocial das práticas rotinizadas em termos políticos e institucionais, nacionais e internacionais, assim como uma identificação dos fatores chave no microambiente, nomeadamente atores estratégicos que intervêm no contexto espaço-temporal e à sua ação no meio, entendido como sistema aberto. Tal como afirma Giddens, “*os sistemas sociais têm muitas propriedades estruturais que não podem ser entendidas em termos de ação de indivíduos situados. A micro e a macro análise não são, porém, mutuamente exclusivas; de facto cada uma requer a outra, mas têm de ser mantidas separadas*” (Giddens 1993: 11).

Assim, a opção pela presente teoria como modelo heurístico da abordagem resulta do facto da mesma se constituir como uma teoria da ação, que entende esta na sua essência, quer dos indivíduos, quer da organização social, rejeitando um dualismo indivíduo/sociedade. Observando a inter-relação entre processos estruturais e ação social, atende às três principais características desta última: a racionalidade que guia os atores na gestão dos recursos e no

cumprimento das regras, passando assim por conhecer as representações sociais que conduzem à padronização de certas ações e justificam a autonomia das condutas, traduzidas nas instituições práticas predominantes no tempo e no espaço.

Simultaneamente, a opção pela teoria da estruturação prende-se com à reflexividade inerente às condutas, pois as ações não são mecânicas, mas sim geradas com intenção de atingir máximo de bem-estar, de acordo com os recursos disponíveis, devendo por isso atender ao significado da ação humana. Observar, analisar e compreender a importância do domínio de um mesmo idioma, impõe aquilo que Giddens designa de reflexividade institucional, que “*diz respeito à institucionalização da atitude investigadora e calculista no tocante às condições generalizadas da reprodução do sistema, tanto estimula como reflete o declínio da forma tradicional de fazer as coisas, estando também associada à criação de poder (entendida como capacidade transformadora). A expansão da reflexividade institucional está por detrás da proliferação de organização em circunstâncias de modernidade, incluindo as organizações de âmbito geral*” (Giddens 1993: 14).

Essa reflexividade constitui um caminho na compreensão das práticas dos diversos atores e, simultaneamente no desocultar dos diversos processos de reprodução dessas práticas, que aliadas às contingências inerentes às propriedades estruturais ou demais elementos do sistema, se traduzem em imprevisibilidades nas ações, nas suas intenções, que podem divergir das suas consequências.



A sistematização destas concepções teóricas poderá ser observada nas representações esquemáticas seguintes:

Capital social e idioma

A avaliação reflexiva do papel do idioma como instrumento de mediação no processo de construção e reconstrução das práticas de cooperação transnacional entre os países de língua

oficial portuguesa impõe-se como imperativo no entendimento da função de transformação e construção dessas mesmas práticas.

Partindo do pressuposto de que uma comunidade marcada por redes de interações assentes em compromissos comunitários fomenta normas de reciprocidade, o idioma é aqui encarado como mecanismo de integração social, ao considerar que a coesão linguística ou partilha do idioma promove laços e gera elementos identitários.

A representação social de comunidade possui elementos comuns à generalidade dos



indivíduos, nomeadamente ser constituída por um conjunto de relações, atitudes e comportamentos entre os seus membros, pelo que conhecer a sua natureza social e cultural ajudará a distingui-la e perceber o que potencia os seus esforços. Partindo deste pressuposto, uma abordagem centrada nas relações e vínculos trazidos pela comunicação e relação linguística é facilitadora, por sua vez, de integração social. Se a competência linguística resulta num aumento de capital humano, a sua generalização em redes de interação traduz-se em capital social desses coletivos.

Considerando a língua como um instrumento de capital social, o domínio do idioma poderá constituir-se como elemento de poder, ao potenciar ou perpetuar algumas relações sociais ou funcionar como uma estratégia orientada para atingir uma consolidação das práticas de cooperação, ao adquiri-lo de forma orientada e consciente no intuito de promover essa cooperação (Maneiro e Sotelsek 2009).

Estes autores defendem a ideia, embora numa perspetiva mais economicista, de que a língua pode ser entendida como um bem, pelo que poderá ser uma pré-condição para gerar capital social, já que esse capital social, por sua vez, provoca a pertença a diferentes grupos, o que beneficia os seus diversos membros (Maneiro e Sotelsek 2009). Vão mais longe, quando afirmam “a língua pode considerar-se como condição para a possibilidade de uma vida plena numa determinada estrutura social” (Maneiro e Sotelsek 2009: 593).

Na mesma linha de entendimento da língua como capital social; Alonso e Jiménez apontam para o idioma como um instrumento de tecnologia social e acesso e usufruto de bens e serviços, mas a sua potencialidade, já que é um recurso intangível, é pouco valorizada (Alonso e Jiménez 2007). Segundo os mesmos autores, a língua pode constituir-se como elemento redutor da “distância psicológica”, funcionando simultaneamente como “efeito de chamada”, já que o domínio do idioma do outro aproxima os indivíduos, até “*os serviços que a língua presta são maiores quanto mais amplo é o coletivo de quem está em condições de usá-lo*” (Alonso e Jiménez 2007: 3).

A língua é, pois, mais de que um veículo de comunicação, é uma construção identitária de uma comunidade, um referente cultural, que embora dotada de elementos intangíveis, traduz as criações e recriações dessa mesma comunidade. Para além disso, é suporte de novas criações e é elemento facilitador de integração nessa mesma comunidade. Tal como afirmam Alonso e Jiménez, “*a língua é tributária e portadora da imagem do país daquela comunidade a que se associa a língua*” (Alonso e Jiménez 2007: 4).

Assim, se o uso do idioma numa comunidade provoca coesão na mesma, quando existem diferentes idiomas num determinado espaço, podemos apontar potencialidades no domínio do idioma do outro. Já que é irrefutável o facto de que a língua intervém nas interações sociais, quer de forma objetiva e instrumental, a sua partilha aproxima indivíduos e entidades, ao não necessitar de tradução, permitindo a diversificação de recursos expressivos, assim como a valorização da capacidade comunicativa e facilitação do entendimento geral. Podemos ir mais além, ao constar o seu aspeto simbólico, tal como afirmam Alonso e Jiménez “*a pertença a uma mesma comunidade linguística traz associado o recurso a elementos referenciais e idiossincráticos que não só contribuem para o entendimento, como também facilitam o aparecimento de um clima de maior confiança e aproximação entre as partes*” (Alonso e Jiménez 2007: 4).

Coleman, ao distinguir duas vertentes no capital social, a individual e a coletiva, entende esta última como um fator de aproximação entre membros da coletividade, gerando além de reciprocidade, uma atmosfera de confiança no seu interior (Coleman, referido por Maneiro e Sotelsek 2009). Coleman aponta outros elementos essenciais, em torno da representação de capital social, que importa aqui aplicar, nomeadamente no que respeita ao idioma. Segundo o autor, o capital social pode apresentar-se através de obrigações e expectativas geradas no contexto social e que dela dependem. Ora, no que respeita ao idioma, essas expectativas podem ser geradoras de práticas regulares, ações institucionalizadas ou interações informais, mas são sempre condicionadas pelo contexto social em que têm lugar (Maneiro e Sotelsek 2009).

Coleman aponta uma segunda forma, a facilidade de transmissão de informação na estrutural social, no que a língua surge como instrumento facilitador e promotor de interações e, por último, as normas criadas em torno da posse e acesso desse mesmo capital (Coleman,

referido por Maneiro e Sotelsek 2009). Aqui as normas e expectativas individuais são mobilizadas não apenas em termos de vantagens para os diversos atores, mas ao fazê-lo, traduzem-se em benefícios para todo o coletivo. O domínio de uma língua cumpre assim estas premissas, já que os diversos falantes, ao dominarem o idioma do outro, ganham vantagens individuais e promovem uma aproximação entre coletivos.

Putman, tal como Coleman ao considerar que o “*desenvolvimento de uma região está diretamente associado a uma forma de organização social e relações cívicas que esse contexto possui*” (citado por Echebérria et al 2005: 18), transmite a ideia de que o capital social favorece a atuação dos coletivos segundo as normas, gera maior confiança, o que se reflete nas interações sociais. Assim, cada coletivo tem a vantagem de maior interação no interior da própria comunidade, ao transmitir mais informação e ao fazê-la circular a diversos níveis da estrutura social, criando redes internas e gerando acesso a maiores contactos externos (Coleman e Putnam, referidos por Maneiro e Sotelsek 2009).

Também em termos individuais, no interior de um coletivo, os atores fazem convergir a ação racional e a própria organização social, ao torna-la apropriável e intencional. Daí que outra vantagem do domínio do idioma para quem o detém, enquanto individualidade, traduz-se na possibilidade de usufruto de novas informações, novas redes, assim como sentimentos de pertença, uma identidade coletiva, que vai além da existência de divergências ou incentivos diversos entre os membros de um coletivo.

Carlos Lozares e Mireia Sala, ao apontarem autores que defendem esta conceção de capital social, nomeadamente Fukuyama, Portes, Putman, Brehn e Rahn, afirmam que capital social pode ser entendido como “*a conjugação de dois componentes, o primeiro, com conteúdo substantivo como a confiança mútua, compromisso, normas ou valores comuns, o segundo, tanto que forma, como corresponde à ideia de rede ou estrutura relacional de conexões reticuladas para conseguir acesso a distintos recursos*” (perspetiva de Burt, Bader, Knoke, referidos por Lozares e Sala 2011: 4).

Lozares e Sala apontam também dois tipos de relações, no que respeita ao componente formal do capital social, que devem ser aqui referenciadas. Estes autores partilham da ideia da diferença de laços entre atores, considerando que as relações no interior de um coletivo definido, marcadas pela confiança e reconhecimento mútuo, são estruturadas em torno de conteúdos mais expressivos e coesos, designando-se de *Bonding*. Porém, o facto dos coletivos definidos interagirem entre si ou os membros de coletivos diversos estabelecerem relações com coletivos ou atores individuais fora do coletivo a que pertencem, gera outro tipo de relações. Estas, designadas de *Brinding*, são relações mais instrumentais, que podem contudo gerar novas informações, novos acessos ou outras oportunidades (Lozares e Sala 2011).

Comunidade linguística e comunidade de fala

Falar da importância do idioma como veículo ou instrumentalização do capital social implica a distinção entre dois conceitos, que embora impliquem o domínio do idioma, se distinguem na sua formação e interação, o de comunidade linguística e comunidade de fala. Por comunidade linguística pode-se entender um conjunto de indivíduos que no seu conjunto formam um coletivo que partilha a mesma língua, elemento de comunicação entre todos os seus membros, que igualmente partilham o mesmo espaço territorial, daí advindo uma certa identificação e coesão, que os torna num comunidade (Lozares e Sala 2011).

Por sua vez, a comunidade de fala é constituída por um conjunto de atores, individuais ou coletivos, que podendo pertencer a diferentes comunidades linguísticas, comunicam através de um idioma, que não seja o seu, em determinadas situações específicas no contexto social (acontecimentos, atividades específicas ou instituições), sendo o uso desse idioma gerador de interação social (Lozares e Sala, 2011).

A comunidade de fala traduz-se, assim, num recurso ao idioma de cariz instrumental, tal como defendem Lozares e Sala “(...) *este uso da língua produzida numa vertente mais pragmática e relacional define pois comunidade de fala a partir do seu uso real para as pessoas de um coletivo definido que, pelo menos nas situações referidas, a fala estrutura e desenvolve a sua vida social*” (Lozares e Sala 2011: 5).

A comunidade de fala gera, assim, uma integração linguística, (Lozares e Sala 2011), ao supor a interação entre membros de diferentes comunidades linguísticas, recorrendo ao uso de um idioma apreendido pelos membros de diferentes comunidades, “*seja na totalidade da sua vida social, seja em sectores da mesma*” (Lozares e Sala 2011: 7). O seu uso pode surgir em função de um conjunto de benefícios ou surgir de acordo com “*o tempo de aquisição da segunda língua, do estatuto, prestígio ou funções sociais atribuídas a cada uma das línguas*” (Lozares e Sala 2011: 7).

Na sequência da abordagem teórica-conceitual que segue a reflexão deste *working paper*, o domínio comum do idioma português pelos nacionais de países diversos, distribuídos pelos vários continentes do globo, reflecte a intangibilidade da língua como recurso, mas realça a sua importância enquanto instrumento de criação de diferentes tipos de relações.

Se os nacionais se relacionam no interior do mesmo espaço físico territorial e usam o idioma no interior dessa comunidade linguística, criando relações no seio desse coletivo definido. Usando a terminologia de Lozares e Sala, podemos designar estas de *Bonding*, (Lozares e Sala 2011), o seu uso por atores individuais e coletivos de nacionalidades diversas, ao ser partilhado e dominado por todos, vai além de uma comunidade de fala. É com base nesse domínio comum que os atores, detentores desse capital social, na vertente individual e coletiva, transmitem informações a diferentes níveis da estrutura social, criando redes internas e gerando acesso a contactos externos. Fazem, assim, convergir a ação racional e a organização social, ao

torná-la apropriável e intencional no usufruto de novas informações, capazes de gerar relações com outros coletivos, potenciadores de novos acessos e intencionalidades, que seguindo uma vez mais a terminologia de Lozares e Sala, serão tipificadas de *Brinding* (Lozares e Sala 2011). Assim, podemos apontar o papel do idioma como instrumento de mediação no processo de construção ou reconstrução de novas comunidades, que aqui designaremos como intangíveis.

O idioma como veículo de construção de comunidades intangíveis

Como afirma Robert Sack, citado por Giddens, “(...) *para se ser um agente, tem que se estar em algum sítio. Este sentido básico e integrador de lugar veio a fragmentar-se em partes complexas, contraditórias e desconcertantes. O espaço está a tornar-se muito mais integrado, mas territorialmente fragmentado. Os lugares são específicos e únicos, mas em muitos sentidos parecem genéricos e semelhantes (...)* A nossa sociedade armazena informação sobre lugares, porém nós temos pouco sentido de lugar (...)” (Giddens 2000: 82). Surge assim uma nova lógica de racionalidade, a da interação, enquanto dimensão da (re)construção identitária, que, partindo do pressuposto heurístico de que a participação social, através das teias de relações entre indivíduos, produz novas representações, que os indivíduos interiorizam e assimilam na construção da sua identidade.

Podemos assim, concordar com Inês Pereira, que afirma “(...) *duas importantes dimensões, para a construção identitária – a continuidade temporal, mais ou menos reformulada e (re) criada pelo sujeito, e o projeto reflexivo do self, mais ou menos constrangido socialmente pelo campo de possibilidades dos indivíduos – há uma terceira dimensão que tem estado latente e que é a da interação, enquanto veículo privilegiado para a troca de experiências, valores e, por conseguinte, para a transmissão identitária*” (Pereira 2002: 117).

Se pensarmos no domínio do idioma português, o usufruto de espaços comuns, ainda que se constituam mais como comunidades imaginadas, muito além da própria definição administrativa e territorial de que a existência de Estados-nação soberanos estabelece, promove interações. Sentimentos de solidariedade entre populações, participação em atividades comuns ou similares, traduzidas numa miscelânea de elementos de pertença contribuem para a construção de influências identitárias, resultantes de uma prática de interação, que implica reciprocidade. Há, pois, que ter presente que a racionalidade dos indivíduos, em que a partilha de elementos culturais comuns, o sentimento de pertença, levam à construção de lógicas de mobilidade entre espaços, ultrapassam âmbitos territoriais, assim partilhando informação e comunicação, capazes de gerar modelos de cooperação.

Tal como defende Alejandro Portes, o domínio do idioma é entendido enquanto “*conceito (...) de índole instrumental, centrando-se nos benefícios angariados pelos indivíduos em virtude da participação em grupos e na construção deliberada de sociabilidade, tendo em vista a criação de capital social*” (Portes 2000: 135). Como continua o autor, “as redes sociais não são um dado natural, tendo de ser construídas através de estratégias de investimento orientadas para a

institucionalização das relações do grupo, utilizáveis como fonte digna de confiança para aceder a outros benefícios. A definição de Bourdieu torna claro que o capital social que permite aos indivíduos reclamar o acesso a recursos na posse dos membros do grupo e, em segundo lugar, a quantidade e a qualidade desses recursos” (Portes 2000: 135).

Conhecer o outro, no seu idioma é um recurso a mobilizar, e entre os autores que defendem esta perspectiva, podemos citar Emanuel Medeiros, que afirma, “*nunca, como antes, a dimensão universal deve estar em diálogo com a dimensão local e regional*” (...) *a cidadania, só por si só, é ontologicamente insuficiente. É preciso radicá-la na educação e na cultura. Mas hoje vivemos várias configurações do humano que solicitam colocar a problemática da cultura no plural, sem prescindir da unidade que lhe dá sentido fundante universalizável. Hoje, a Diversidade Cultural impõem-se e coloca novos desafios (...)*” (Medeiros 2009: 7). Assim, procura-se observar “*a dimensão cívica do próprio conhecimento. É a cidadania pelo conhecimento*” (...) *A problemática da cidadania remete-nos, em profundidade, para a pessoa e para o seu desenvolvimento em vários ambientes formativos e reflexivos, sem esquecermos o espaço público, onde se afirma também a dimensão social de cada cidadão*” (Medeiros 2009: 7).

Isto remete-nos para um ponto fundamental: a complexidade das relações dos atores, em que, tal como afirma Anthony Giddens, “*a vida pessoal e os laços sociais que ela envolve estão profundamente entrosados com os mais extensos dos sistemas abstratos*” (Giddens 2000: 85). Essa complexidade reflete-se na existência no espaço organizacional de jogos entre vários poderes, pelo controlo de recursos fundamentais (capital, competências, informação, propriedade). Esses jogos regidos por regras, reflectem pois as diferentes motivações, geradoras de diversas racionalidades, que se traduzem em diferentes estratégias.

Observar, analisar e compreender o papel do idioma e das práticas linguísticas, como instrumento de poder de intervenção na consolidação da cooperação, passa por colocar o enfoque sobre os fatores estruturais em jogo. Enfatizando as relações sociais organizadas, as novas relações expostas, dentro dos contextos sociais estruturados em campos de interação particulares, isto é, as circunstâncias em que se desenvolvem, permite determinar a sua possibilidade de intervenção nos acontecimentos e na realização de objectivos.

Logo, podemos considerar que mais importante que o conhecimento de um idioma, é a sua dinâmica: a sua partilha e criação. Se um conjunto de indivíduos constituem um grupo e a existência de um contexto linguístico partilhado lhe atribui o estatuto de comunidade, é a geração e a troca de conhecimentos que a elevam à posição de “comunidade intangível”.

Como conhecer a(s) nova(s) comunidade(s) intangíveis

Se atendermos à perspectiva defendida por Woolcok e Narayan, (citados por Echebérria et al 2005), a análise do idioma como capital social deverá seguir três âmbitos: em primeiro lugar “*identificar a natureza e o alcance das relações entre comunidades e instituições formais, assim como as interações entre ambos*” (Echebérria et al 2005: 37). Ao incidir a abordagem do

papel do domínio do idioma como elemento facilitador das práticas de cooperação, a abordagem centra-se na constituição de vínculos trazidos pela comunicação e relação linguística em torno dessas práticas. Importa assim analisar situações, espaços ou âmbitos de intervenção, conhecendo contextos, situações, momentos e instituições, onde o domínio do idioma de verifica.

Numa segunda forma de análise defendida pelos autores, “*desenvolver estratégias institucionais baseadas nas relações sociais, tanto a nível intra como intercomunitário*” (Echebérria et al 2005: 37). Há, pois, que observar o uso do idioma, verificando se é instrumental, por razões de poder, prestígio ou legais ou em situações afetivas, de laços identitários, para finalmente “*determinar como as manifestações positivas de capital social (cooperação, confiança, eficiência institucional) podem fazer frente ao sectarismo e ao isolamento*” (Echebérria et al 2005: 37), respondendo assim à questão: como é que o capital linguístico pode reverter-se em capital social e que mecanismos são utilizados?

Bazán e Schmit, citados por Echebérria et al, distinguem diferentes categorias na abordagem que fazem relativamente ao capital social. De entre essas categorias, há que observar a sua origem, o alcance (isto é, se o capital social se reporta a uma comunidade, várias ou a redes, por exemplo), a sua extensão (entendendo aqui o tipo de relações), a institucionalidade, o tipo de relações, os laços criados, assim como o fortalecimento desse capital social (Echebérria et al 2005).

Por outro lado, analisar o capital social comunitário em geral, assim como na questão particular do mesmo no domínio do idioma, passa por atender a uma conjunto de indicadores, de entre os quais se salientam: os objetivos da interação, os conteúdos da relação, os meios materiais da relação, os meios humanos da relação, o contexto estrutural e normativo e o contexto cultural (Echebérria et al 2005).

Echebérria et al apresentam uma síntese dos benefícios ou ativos próprios do capital social, criada por Cláudia Serrano, em torno de três categorias: individuais, comunitários e sociais. Para os indivíduos, os benefícios em torno do capital social podem reporta-se em termos de bem-estar económico ou material, a nível da integração social, trazendo-lhes vantagens sociais e culturais, assim como em termos de poder e influência social, ao beneficiarem a nível político e cívico. Se a nível de bem-estar o maior acesso a informação privilegiada os torna mais capazes e dotados de competências em termos laborais, a nível de integração social promove maior reconhecimento e aceitação social, tal como gera novas referências e representações que contribuem para reconstruções identitárias mais amplas. Por último, posse ou acesso a diversas formas de capital social torna os cidadãos mais interventivos no seio da comunidade e na sociedade civil (Echebérria et al 2005).

Quando nos reportamos aos benefícios traduzidos para as comunidades, em termos económicos incidem essencialmente no incremento e desenvolvimento de novos projetos

comunitários e coletivos, ganhando maior mobilização de recursos e sustentabilidade. Em termos de integração social e cultural, aspecto que nos importa esmiuçar, a comunidade ganha um fortalecimento de laços, maior coesão e fortalecimento da identidade comunitária. Transpondo esses benefícios para o campo do poder e da influência social, os benefícios do capital social traduzem-se numa maior coordenação entre atores, aumentando a capacidade de mobilização, diálogo e capacidade de negociação, o que potencia a mobilização de diversas formas de intervenção (Echebérria et al 2005).

Por fim, para a sociedade, os benefícios em termos económicos sintetizam-se num maior incremento e desenvolvimento de iniciativas conjuntas, capazes de gerar maior desenvolvimento económico, em termos de vantagens sociais e culturais, geradoras de maior integração. Podemos, também, encontrar o fortalecimento de vínculos entre cidadãos, solidariedade e maior coesão. Por sua vez, uma sociedade assim, ganha cidadãos ativos, conscientes da necessidade de uma participação cívica, assim como instituições públicas e privadas que atuam de forma mais concertada (Echebérria et al 2005).

Esta ideia reforça, assim, a perspetiva de Putnam, quando aponta o carácter comunitário do capital social, ao associa-lo a um compromisso de uma comunidade. Porém, não podemos olvidar que o desenvolvimento de redes de interação comunitárias são produto de vontades individuais e coletivas de atores singulares, mas igualmente delimitadas pelo contexto político, legal ou institucional, pelo que as diretrizes comunitárias e as diversas políticas sociais dos estados nesta matéria condicionam a dinâmica das comunidades.

Sínteses conclusivas

Com a consciência prévia que a antevisão de situações futuras e o desenvolvimento de estratégias de planeamento partem do pressuposto de que o futuro é o resultado de interações presentes, mas intercaladas com tendências históricas e eventos hipotéticos, esta está patente na presente avaliação reflexiva do papel do idioma português. Entende-lo como instrumento de mediação no processo de construção e reconstrução de redes de cooperação, geradoras daquilo que aqui se designa por “comunidades intangíveis”, a abordagem centra-se nas relações e vínculos trazidos pela comunicação e partilha do idioma, enquanto competência linguística comum.

Essa partilha constitui um recurso intangível, acessível aos atores, constituindo um capital social, na sua vertente individual e coletiva, que estes poderão mobilizar estrategicamente em função da satisfação das suas necessidades, em prol do seu próprio bem-estar ou na obtenção de objetivos individuais, grupais ou comunitários.

Ciente de que a sociedade é marcada por processos em constante estruturação, a sua dinâmica permite que o idioma, enquanto recurso, possa ser instrumento de poder. Este pode ser individual, movendo interesses pessoais de mobilização de redes de atores, mas igualmente

instrumento de poder coletivo, que graças ao idioma comum, criam práticas de cooperação institucional, económica, cultural ou política. Ambos constituirão base para a transformação e (re) construção de práticas cooperativas ou novas formas de interação.

Esse poder traduz-se no acesso e usufruto de bens e serviços, já que a “*comunidade de fala*” é coletiva, quebrando aquilo que Alonso e Jiménez designam de “*distância psicológica*” e funciona como “*efeito de chamada*” (Alonso e Jiménez 2007). Nesse contexto, as intervenções vão além do âmbito do território, promovendo a mobilidade entre contextos internacionais, mas desocultando sempre a relação entre mobilidade e identidade. Pois, sem dúvida, supera a *identidade territorial*, já que a construção ou reconstrução das identidades transfronteiriças é elemento fundamental na nossa conceção de capital social.

Neste sentido, denota-se uma clara descentralização, realçando-se os papéis dos diferentes atores, que através de trocas, poderão desenvolver medidas adequadas ao espaço local/regional/fronteiriço/internacional. A multiplicidade de espaços de participação leva, assim, a um conceito de espaço transnacional, que se assume como estruturado num conjunto de relações sociais, assentes em interesses partilhados por coletivos. É neste âmbito que surgem as redes, que ao serem tomadas como mecanismos de participação, poderão contribuir para a descentralização, formulando políticas de cooperação, capazes de funcionar como instrumento de desenvolvimento humano e inclusão social, reunindo um conjunto diverso de recursos, instrumentalizados pelo veículo comum: o idioma partilhado.

Este aspeto pode assim ser articulado com a ideia de que toda a ação dos agentes pode ter um fundamento pró-ativo, já que o enunciado de uma intenção, de uma ação ou de uma relação pode ser comunicada e isso traduz-se em consequências porque as previsões podem condicionar a forma de evolução das relações e a sua estruturação enquanto sistema social. Uma vez mais se aponta para a autonomia de cada ator, pelo que a explicação inicial terá que apreender a racionalidade inerente a uma ação, assim como a participação dos atores na prossecução do projeto comum. Aquilo que define o projeto são as atividades mas também o sentido dado à situação. O resultado final cria o sentido da ação, pelo que as regras da relação dão sentido ao espaço social.

Assim, para desocultar essas interações e compreender formas de ação dos sujeitos, assim como novos campos de possibilidades de ações, há que perceber atores na estrutura. E não como produto desta, mas como agentes dinâmicos, capaz de utilizar as relações sociais em que estão integrados como diferentes possibilidades de ação e de tomadas de decisão, o que passa por observar as “*relações de força (condicionalismos e meios de ação) são essenciais para pôr em evidência os desafios estratégicos e as questões-chave para o futuro (saídas e consequências dos conflitos previsíveis)*” (Godet, 1993: 140).

Em suma, temos que ter presente que o sentido de uma ação não é apenas revelado na decisão, mas as consequências em que se envolve, a sua influência no contexto. Para além disso,

a agregação das decisões individuais e coletivas, têm um efeito distinto daquele que motiva as decisões e que, depois, se inscreve nos resultados. Mais ainda, as capacidades de antecipação dos atores coletivos são diversas, mas a comunhão de um mesmo idioma é, sem dúvida, um recurso prioritário e mobilizador, acerca do qual importa refletir.

Referências bibliográficas

BURT, Ronald. 2000. “The Network Structure of Social Capital”. Consultado na Internet (15/11/2008) em aculty.chicagobooth.edu/ronald.burt/research/NSSC.pdf

CASTRO, Maria Luísa. 2008. “A metodologia de redes como instrumento de compreensão do capital social” Revista Urutágua. N.º16: 1-7 Consultado na internet (19/02/2009) em www.geocities.com/politicausp/instituicoes/.../ASSUMPcaoO.pdf

CUARTAS, Gabriel Vélez 2006 “El cambio en las redes: una aproximación a las relaciones sociales desde el language, la representación y la institucionalización” REDES – Revista hispana para el análisis de redes sociales, vol. 10, pp 1-33

ECHEBÉRRIA et al 2005 “el capital social de las organizaciones y su entorno: conceptualización teórica, medición e intervención en la generación del capital social” Ekonomia n.º 59, pp 14-47

FERREIRA, F. s/d Uma análise crítica das políticas de parceria: A metáfora da rede Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção Atelier: Desenvolvimento, Parcerias Sociais e Metodologias de Intervenção Consultado na Internet (15/12/2010) http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4616dc46a60d3_1.pdf

FOUCAULT, Michel 1992. Microfísica do poder, 10ª.ed. Rio de Janeiro: Graal.

FURNALETTO, Egídio Luiz 2008 “Instituições e Desenvolvimento Econômico: a importância do capital social” in Revista Sociologia. Política, v. 16, número suplementar: 55-67

GIDDENS, Anthony.

1993 Novas Regras do Método Sociológico. Lisboa: Gradiva

2000

a) Dualidade da Estrutura – Agência e Estrutura. Oeiras: Celta Editoras

b) As Consequências da Modernidade. Oeiras: Celta Editoras (4ª ed.)

MEDEIROS, Emanuel Oliveira (coord). 2009. Educação, Cultura(s) e Cidadania: Ser Pessoa na Identidade e em Contextos de Diversidade. Porto: Edições Afrontamento. 65-83

MEDINA, Eusebio 2011 “monografía: capital social y fronteras – la cooperación transfronteriza entre el noroeste de Extremadura (España) y la Beira Interior Sul (Portugal), una aproximación desde la perspectiva cualitativa” (2ª parte) in ALMENARA

Consultado em [http:// sites.google.com/site7almenararevistassociologia](http://sites.google.com/site7almenararevistassociologia) (1/06/2012)

LOZARES, Carlos e SALA, Mireia 2011 “Capital Social, Cohesión social y uso de la lengua” in REDES- Revista hispana para el análisis de redes sociales Vol. 20 consultado na internet <http://revista-redes.rediris.es>

PEREIRA, Ana e BAPTISTA, Luís 2006 “Itinerância e Mediação Cultural: os Leitores de Língua e Cultura Portuguesa” in FORUM SOCIOLOGICO, n.ºs 15/16 (II Série) pp. 121-139

PÉREZ-RUBIO et al 2011 “Monografía: capital social y fronteras – aplicación de un modelo de indicadores para el estudio del capital social y los cambios sobre las percepciones en la raya de Extremadura (1ª parte) in ALMENARA

Consultado em [http:// sites.google.com/site7almenararevistassociologia](http://sites.google.com/site7almenararevistassociologia) (1/06/2012)

PORTES, Alejandro. 2000. “Capital Social: Orígenes e Aplicações na Sociologia Contemporânea”. Sociologia, Problemas e Práticas, n.º 33: 133-158

De La RÚA, Ainhoa de Frederico. 2002. “Amistad e identificación: las micro fundaciones de las pertenencias macro. Amigos europeos e identidad europea.” REDES – Revista hispana para el análisis de redes sociales, vol. 3, pp 1-28

VIEGAS, Graça 2010 “Redes de Cooperação Transfronteiriça? Dilemas da Rede Transfronteiriça da Educação/Formação como instrumento de inclusão social no Alentejo – Extremadura. Um olhar dos Actores das Escolas Oficiais de Idiomas” – Dissertação de Mestrado. Évora: Universidade de Évora

VILLASANTE, T. R. e GUTIÉRREZ, P.M. 2006. “Redes y conjuntos de acción: para aplicaciones estratégicas en los tiempos de la complejidad social”, REDES – Revista hispana para el análisis de redes sociales, vol 11: 1-22